



A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS COMO RESGATE A ESSÊNCIA DA CIDADANIA

Jairo José da Silva Gualberto

Universidade Estadual da Paraíba www.uepb.edu.br/

RESUMO: A presente pesquisa intitulada, “A Educação de Jovens e Adultos como resgate a essência da cidadania”, vislumbra realizar um estudo que possa esclarecer de que modo a educação de jovens e adultos pode ser utilizada na atualidade como recurso de ampliação da interação envolvendo os educandos e a sociedade, assim, essa pesquisa justifica-se por observar-se que na contemporaneidade, essa modalidade de ensino não tem surtido o êxito logrado, principalmente no que concerne ao desenvolvimento autônomo dos indivíduos, portanto, ampara-se principalmente na preocupação em perceber como se desenvolve o processo de ensino/aprendizagem em meio à contemporaneidade, que a cada instante, exige do cidadão, um constante aperfeiçoamento para que o indivíduo não se torne um peso para a sociedade, e conseqüentemente, consiga manter-se integrado a toda conjuntura social, tornado-se de modo linear, cada vez mais resiliente as especificidades e avanços socioculturais gerados pela globalização. A pesquisa fundamenta-se principalmente através das contribuições dos documentos oficiais do Governo Federal e de autores como: Paulo Freire, Moacir Gadotti & José Eustáquio Romão. Levando em consideração uma pergunta bastante oportuna, questiona-se se essa modalidade de ensino tem de fato correspondido aos objetivos propostos pelo Ministério da Educação (MEC) em relação a sua aplicabilidade prática, nesse contexto, essa pesquisa objetiva analisar se a modalidade de ensino pautada na Educação de Jovens e Adultos tem funcionado como meio para o resgate e/ou ampliação da essência da cidadania dos educandos, do mesmo modo que, visa identificar quais as principais dificuldades enfrentadas pelos educandos e professores inseridos nessa modalidade.

Palavras-chave: EJA, Cidadania autônoma, Inclusão social.

INTRODUÇÃO

A Educação é sem dúvida uma das ferramentas mais marcantes na constituição e manutenção da sociedade, devido principalmente, a sua capacidade de fazer com que a humanidade continue evoluindo e criando meios para garantir à sua própria sobrevivência, vislumbrando conseguir fazer com que os indivíduos sejam capazes de compreender o mundo que lhes rodeia, a fim de fazê-los resilientes às especificidades da sociedade.

Esse pensamento nos leva a apreciar a Educação ainda mais, pois ela age diretamente na



construção do indivíduo, quanto entidade social, ofertando a ele, ferramentas que tendem a orientá-lo perante o sistemático meio sociocultural em que se encontra submetido.

É nesse contexto que surgem vários meios que logram alcançar a satisfação na construção dos sistemas educacionais, e desse modo, surge a Educação de Jovens e Adultos (EJA), uma modalidade de ensino que visa suprir as sequelas causadas pela má administração educacional, geradas pelo insatisfatório ou limitado desenvolvimento socioeconômico existente no Brasil em épocas anteriores.

Dessa forma, compreende-se que a Educação de Jovens e Adultos centra sua finalidade em trabalhar com pessoas que se encontram na idade adulta ou até mesmo, adolescentes, que se integraram ao sistema e através dele, “desenvolvem suas capacidades, enriquecem seus conhecimentos e melhoram suas competências técnicas ou profissionais ou as reorientam, a fim de atender suas próprias necessidades e as da sociedade”. (UNESCO, 1997).

Essa pesquisa se ancora exatamente nesse pressuposto para justificar-se, pois embora exista lei amparada pela Constituição Federal para uma promoção de educação de qualidade para todos, por vários motivos renegou-se por muito tempo a algumas pessoas uma completa inserção aos trâmites sociais, principalmente por fazermos parte de uma comunidade grafocêntrica, onde basicamente tudo se manifesta através da leitura e da escrita.

Assim, constata-se que embora regulamentada, essa modalidade de ensino, não tem surtido o êxito esperado, principalmente, no que concerne ao desenvolvimento autônomo dos indivíduos, pois o processo de ensino/aprendizagem utilizado, pode não estar sendo realizado de forma compatível com as exigências da contemporaneidade, que cobra ao indivíduo um constante aperfeiçoamento para que não se torne um peso para a sociedade e, conseqüentemente, consiga manter-se integrado a toda conjuntura social, tornado-se de modo linear, cada vez mais resiliente as especificidades e avanços socioculturais gerados pelo processo da globalização.

Assim, essa pesquisa questiona se a Educação de Jovens e Adultos (EJA) realizada na atualidade realmente atende os preceitos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (LDB)



e do Parecer CEB 11/2000 que regulamentam a Educação de Jovens e Adultos.

Desse modo, a pesquisa objetiva compreender teórica e empiricamente como se dá o processo de inserção e manutenção dos educandos na EJA em relação a sua autonomia, do mesmo modo que, visa identificar quais as principais dificuldades enfrentadas pelos educandos e professores inseridos nessa modalidade, a fim de criar mecanismos que possam contribuir com educadores, pesquisadores, educandos, etc. para a manutenção de uma Educação de Jovens e Adultos mais coerente com as necessidades desses sujeitos e da comunidade em que vivem, levando como princípio fundamental, a realidade sociocultural na qual estão inseridos os indivíduos ao entrarem na EJA e ao finalizarem o ensino médio.

A pesquisa, portanto, se preocupa em analisar se a modalidade de ensino pautada na Educação de Jovens e Adultos tem funcionado como meio para o resgate e/ou ampliação da essência da cidadania dos educandos, observando-se de que modo a EJA pode influenciar no desenvolvimento do indivíduo em relação à sociedade, de modo, a tornar-se um cidadão mais autônomo, e por assim ser, instigado a participar ativamente das questões sociais que o rodeiam.

Nesse contexto, será observado se os educandos que finalizam o ensino médio realmente encontram-se aptos a estabelecer bons frutos com a sociedade e se realmente encontram-se dispostos e encorajados a enfrentar processos seletivos como vestibulares e concursos, que mesmo analisadas como instrumentos democráticos, são naturalmente ferramentas utilizadas como meios de inclusão e exclusão social.

O PANORAMA ATUAL DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (EJA)

A Educação de Jovens e Adultos é segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, uma modalidade específica voltada para a necessidade da sociedade em ofertar aos indivíduos jovens e adultos, a partir de 15 anos, que não tiveram acesso ou que não conseguiram cursar as séries do Ensino Básico na idade normal.



Segundo Garcia, (2013, p. 2),

Para um país melhorar a qualidade de vida de sua população é necessário, entre outras medidas, ampliar o acesso à educação de qualidade, onde as pessoas passem a ter o conhecimento mínimo necessário para atuar na sociedade como profissional bem como cidadão, pleno de seus direitos.

Portanto, a EJA tornou-se o espaço onde pode ser garantido pelo Estado, o direito de acesso, permanência e qualidade de conhecimento produzido, pois em sua maioria, esses indivíduos se encontram à margem da sociedade, sem acesso aos serviços mais básicos que a sociedade dispõe.

Como descrito no Parecer 11/2000 da CEB/CNE, a Educação de Jovens e Adultos, assume três funções básicas que se tornaram de grande relevância para o desenvolvimento do ensino/aprendizagem. A Função Reparadora, a Função Equalizadora e a Função Permanente, as quais visam respectivamente, integrar o educando aos seus próprios direitos civis, auxiliar a manutenção da plenitude legalizada aos indivíduos que já trabalham e desejam continuar os estudos, ou mesmo donas de casa, migrantes, aposentados e inclusive encarcerados, que por assim ser, devem ter assegurados, o direito de estudar sem que haja prejudicabilidade a sua rotina de trabalho ou reclusão e promover uma gradativa atualização e qualificação que possam gerir a capacidade do cidadão absorver e ampliar conhecimentos e experiências.

O ENSINO DE EJA COMO FERRAMENTA DE INCLUSÃO E CIDADANIA

Os sujeitos que por razões diversas não conseguiram cursar o ensino básico, provavelmente encontraram em seus caminhos certos percalços que lhes encaminharam para situações embaraçosas ou bastante árduas na composição de sua própria sobrevivência.

É desse modo que o indivíduo percebe que a própria escola da vida o faz iniciar ou regressar ao âmbito escolar e nesse gancho a Educação de Jovens e Adultos torna-se o objeto integrador envolvendo o educando e a escola, como defendida na Declaração de Jomtien apud BRASIL (2002, p. 21):

[...] toda criança, jovem e adulto tem direito humano de se beneficiar de uma educação que



satisfaça suas necessidades básicas de aprendizagem, no melhor e mais pleno sentido do termo, e que inclua aprender a aprender, a fazer, a conviver e a ser. É uma educação que se destina a captar os talentos e o potencial de cada pessoa e desenvolver a personalidade dos alunos, para que possam melhorar suas vidas e transformar suas sociedades.

Portanto, a necessidade de haver espaço na educação brasileira para uma modalidade como a EJA advêm exatamente da falta de habilidade da educação em sua modalidade regular, de fazer com que o sujeito jovem ou adulto, se molde às suas especificidades, tendo em vista que, encontra-se pautada em subsidiar uma inicialização ou manutenção gradativa e linear de conhecimentos.

A Educação de Jovens e Adultos, em sua essência, busca criar na sociedade, um elo que possa ofertar ao cidadão, a liberdade de aprender, e que esse fenômeno venha acompanhado de subsídios que tendam a fazê-lo produtivo, especialmente quanto ao seu desenvolvimento crítico-reflexivo.

Pois como assume Hegel (2010, p. 49), “A educação tem o fim de fazer do homem um ser independente, isto é, dotado de vontade livre”. Por isso deve haver um movimento linear em aceitar essa modalidade como a mais categórica forma de se fazer uma Educação Popular e, portanto, uma Escola Cidadã.

Segundo GADOTTI (2011 p. 39) “Um programa de educação de adultos, por essa razão, não pode ser avaliado apenas pelo seu rigor metodológico, mas pelo impacto gerado na qualidade de vida da população atingida”. Seguindo essa ótica, é plausível perceber que a preocupação da educação direcionada aos adultos não deve focar-se em sistemas metodológicos que apenas visam à formalização do aparato escolar, e sim, abrir um leque de situações que possam privilegiar o desenvolvimento de manifestações que se direcionem a ampliação da qualidade de vida dos indivíduos usuários.

Gadotti afirma ainda que, “A educação de adultos está condicionada às possibilidades de uma transformação real das condições de vida do aluno-trabalhador”. Por isso, essa modalidade se torna tão imponente na manutenção da esperança que os indivíduos adultos egressos na EJA apresentam, pois através dessa junção de interesses, onde os governos necessitam de números, às empresas precisam de trabalhadores e a sociedade de cidadãos.



A Educação de Jovens e Adultos se inscreve no universo da chamada “Educação popular” e, como tal, tanto pode derivar de iniciativas estatais ou particulares, conservadoras ou transformadoras, porque sua substância e centralidade estão no atendimento das chamadas populares. (ROMÃO, 2011 p. 64).

Segundo Paulo Freire apud (ANTUNES, 2000, p. 17), a EJA deve ser pensada também sob a perspectiva da escola cidadã, devido ser “aquela que se assume como centro de direitos e deveres [...] que viabiliza a cidadania de quem está nela e de quem vem a ela [...] é uma escola coerente com a liberdade, coerente com seu discurso formador, libertador [...] é uma escola de comunidade, de companheirismo”.

Nesse contexto, há uma generalizada e sistemática interpretação de que a Educação de Jovens e Adultos deve estar totalmente disposta a quebrar muitos paradigmas que compõe a Educação no sistema regular, pois, sua aplicabilidade perante a Educação de Jovens e Adultos torna-se obsoleta ou ineficaz, devido principalmente, as particularidades envolvendo as carências dos egressos nessa modalidade.

Em meio a esse pensamento o educando de EJA, teve a seu favor, o fato de que pela primeira vez na história, se invertia o quadro na holística que acepciona a educação, pois a partir daí, o sistema tornou-se mais direcionado a atender as necessidades do indivíduo do que em fazer com que o sujeito se adequasse ao limiar e aos parâmetros do sistema.

Nesse modelo, o indivíduo ganhou *status* de foco principal, onde não mais necessitaria embrenhar-se em múltiplas e embaraçosas correntes metodológicas que o mantinham refém do sistema e submisso às práticas de ensino, que em sua maioria, não privilegiavam suas deduções de mundo, nem tampouco, sua integridade moral quanto ser analfabeto, posto que, o ensino, a essa camada se dava de modo a esturpar suas realidades, afetando diretamente seu interesse e sua vontade de permanecer na escola.

O indivíduo exposto à educação, em especial para adultos, deve ser visto como um ser cheio de aspirações e que devido a sua própria condição instrucional, encontra-se em estágio de perceber-se como impotente perante sua própria satisfação quanto ser participante da sociedade e, portanto,



cria uma série de armaduras que o impedem de obter êxito até mesmo nas próprias relações interpessoais.

A Educação de Jovens e Adultos, portanto, trabalha para que sejam criados artifícios que possam resgatar ou ampliar essas manifestações ora abordadas, através de ferramentas que possam, nas palavras de Fröbel, “Suscitar as energias do homem” e assim, propondo-o que se mova em direção a, “ser progressivamente consciente, pensante e inteligente –, ajudá-lo a manifestar sua lei interior – o divino que há nele – com toda a pureza e perfeição, com espontaneidade e consciência”. (FRÖBEL, 2010, p. 46).

Nessa mesma acepção, Oliveira e Martins, compreendem que “a educação é condição *“sine qua nom”* para o cidadão de classe social baixa, ascender socialmente de modo lícito”. É exatamente nessa afirmativa que a EJA, encontra o seu espaço de manifestação por que contempla a possibilidade de fazer-se obstinada a atender os indivíduos que ainda buscam essa realidade, e reconhecem na EJA, talvez a única oportunidade que têm para se prostrarem como cidadãos íntegros e emancipados, fato que talvez reflita com a bonificação de uma melhor condição social de vida através de um emprego.

A emancipação humana será decorrência da construção dessa autonomia obtida pela educação escolar. O exercício de uma cidadania democrática pelos educandos da EJA será o reflexo de um processo cognitivo, crítico e emancipatório, com base em valores como respeito mútuo, solidariedade e justiça. (PARANÁ, 2006, p. 29).

Nesse contexto, a EJA busca fazer com que o educando possa desenvolver uma visão holística de mundo, onde ele, além de espectador também é ator determinante na composição e desenvoltura da sociedade, encontrando-se disposto a continuar contribuindo com suas manifestações de modo mais consciente e, totalmente engajado e sensibilizado a cumprir com seus respectivos direitos e deveres.

3 METODOLOGIA



Os procedimentos metodológicos utilizados na operacionalização deste trabalho científico seguem basicamente os princípios da ótica contextual direcionadas ao estudo da Educação e suas especificidades amparando-se através de análises crítico-reflexivas acerca da temática que aprecia o estudo da Educação de Jovens e Adultos numa perspectiva que privilegia uma ampliação da prática cidadã através de um melhor desenvolvimento crítico-reflexivo por parte dos educandos.

Assim, este estudo se caracteriza como sendo uma pesquisa descritiva de abordagem qualitativa. Para Barros e Lehfeld (2000) a pesquisa descritiva é aquela em que o pesquisador descreve o objeto de pesquisa relatando como ele ocorre, sua natureza, características, causas, relações e conexões com outros fenômenos.

Enquanto que a pesquisa qualitativa, segundo Gil (1999), é aquela que busca um aprofundamento das causas que envolvem o fenômeno estudado, não se limitando a quantificação estatística, mas, sobretudo, na compreensão dos significados do problema investigado.

Assim, a fundamentação teórica foi concebida através de leituras, análises e reflexões de trabalhos que contemplam essa linha de pesquisa, proporcionando um aprofundamento na compreensão dos fenômenos estudados e fornecendo novos olhares em relação ao objeto de estudo ora apreciado.

Em relação aos resultados e discussões ocorreram através de questionários aplicados a alguns professores que trabalham como docentes em turmas de EJA, no total cinco, os quais foram questionados acerca de como eles observavam o desenvolvimento educacional do sistema EJA em relação às exigências sociais e os anseios dos educandos.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Por se tratar de uma pesquisa envolvendo ambientes escolares e, por tanto, com alto grau de participação popular, há um universo de atores bem diversificado e, por assim ser, tornou-se necessário haver um trabalho de pesquisa através de questionários direcionados aos educadores



envolvidos nesse processo de ensino/aprendizagem a fim de compreender seus pontos de vista em relação ao desenvolvimento educacional ministrado pela Educação de Jovens e Adultos no município de Araruna.

A entrevista iniciava-se perguntando se o professor realmente acreditava que a EJA estava condicionada a desenvolver nos educandos uma capacidade de integra-se à sociedade de modo satisfatório, desse modo, apenas uma educadora respondeu positivamente a essa indagação, todos os outros admitiram que a educação nos moldes da EJA realizada nesse município não tem condições de promover uma integração satisfatória envolvendo o educando e a sociedade.

Essas respostas naturalmente vão de encontro aos preceitos da LDB em relação a essa modalidade, pois se não tiver como satisfazer essa recomendação do MEC, não existe justificativas para se continuar fomentando investimentos em prol dessa modalidade de ensino.

Outro questionamento buscava identificar se os professores envolvidos na pesquisa tinham tido algum tipo de curso de capacitação e/ou especialização para trabalhar com os educandos da Educação de Jovens e Adultos, nesse contexto, todos informaram nunca ter recebido nenhum tipo de curso de capacitação para esse tipo de modelo educacional, fenômeno esse que mais uma vez, demonstra a fragilidade e talvez até o imprevisto por parte das escolas gestoras que promovem o ensino de EJA, pois como um educador pode integrar-se a essa nova modalidade de modo positivo sem quer tenha tido nenhum tipo de formação e/ou especialização nessa área.

Uma outra pergunta centrava suas intenções na visão do educador quanto à sua percepção perante a construção e ampliação da essência da cidadania dos educandos por parte da EJA, nesse contexto, três educadores responderam que essa junção se dá de modo satisfatório, outros dois disseram que esse desenvolvimento pode ser qualificado como ruim, demonstrando que de fato, a EJA, não tem assumido seu papel de modo como fora planejado pela Ministério das Educação, pois esse é um dos itens mais fundamentais nessa modalidade, pois se não respeitar esse princípio, de modo algum, faz sentido sua existência.

Na sequência, foi questionado se esses educandos da EJA estão preparados no mesmo nível que os alunos do ensino regular para concorrerem as vagas de concursos e vestibulares, como



resposta quantitativa, foi identificado que apenas um educador, informou que sim e sustenta sua resposta no fato de acredita que depende de cada educando, em contrapartida, todos os outros entrevistados externaram que não, e chegam a esse deferimento sustentando a ideia de que, embora existam muitos alunos esforçados, os níveis de aprendizagem são muito diferentes e que a EJA não prepara para a universidade, além de que o cansaço do dia a dia, os problemas sociais e principalmente o modo resumido dos conteúdos serem apresentados dificultam a competição envolvendo os usuários das duas modalidades.

Na sequência, foi questionado se os métodos de aprovação e reprovação utilizados seguem um delineamento condizente com o nível de aprendizagem apresentados pelos educandos, assim, apenas um dos entrevistados informou que sim e teorizou que a aprendizagem segue o mesmo padrão do ensino aplicado, enquanto que todos os outros informaram que não há uma integração envolvendo aprovação e nível de aprendizagem e como sistema de resposta qualitativa informaram que uma das questões mais contraditórias da EJA recai exatamente sobre o sistema de promoção e retenção e alegam que na grande maioria dos casos os professores criam sistemas que contemplem o maior número possível de aprovações embora que essas aconteçam de modo desconexo com o nível de aprendizagem dos alunos.

Para fechamento do questionário aplicado aos professores foi solicitado que esses identificassem os principais pontos positivos, existentes na Educação de Jovens e Adultos, e como não poderia deixar de acontecer, os entrevistados demonstraram que há nesse sistema de ensino uma democratização de acesso, a comodidade para conciliar o trabalho e o estudo, como também, proporcionar uma aceleração nos estudos para aqueles que, por vários motivos, não tiveram a oportunidade de cursar seus estudos na idade correta.

5 CONCLUSÃO

A Educação de Jovens e Adultos é sem dúvida, uma das tentativas mais expressivas que o



Governo Federal tem buscado para sanar o problema da baixa escolaridade do povo brasileiro, no entanto, de acordo com a Revista Veja, segundo a Unesco, o Brasil apresenta uma população de 14 milhões de analfabetos a oitava maior do mundo.

“A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), com dados coletados em 2012, mostra que a taxa de analfabetismo da população com 15 anos ou mais teve alta entre 2011 e 2012, passando de 8,6% para 8,7%”. (PORTAL VEJA, 2015).

Esses dados nos dão o reflexo atual do persistente problema do analfabetismo no Brasil e permitem observar que não pode haver espaço para o comodismo em relação a essa modalidade de ensino, pois como pode ser avaliado, embora, haja um empenho representativo por parte dos governos em resolver ou minimizar esses problemas, a demanda de analfabetos ainda encontra-se num patamar muito além do aceitável para um país que busca a erradicação do analfabetismo e conseqüentemente, melhorar sua posição internacional nos parâmetros sociais, os quais se apresentam ainda muito aquém dos países desenvolvidos.

E para isso, a Escola deve estar imersa em uma composição social, inteiramente disposta a abster-se de discriminações quanto a sua demanda de valores, posto que, a cidadania se compõe exatamente de uma igualdade de oportunidades e valorização, sem a qual todo o processo entra em evidente crise, manifestando-se através de fatuais desencontros com a própria prática da cidadania em âmbito escolar.

Desse modo, o aluno, não pode estar distanciado de sua própria liberdade de ter acesso à exímia cidadania, pois se assim for, todo o modelo implantado estará apenas servindo como fim para si mesmo, e por tanto, não estará surtindo o efeito esperado na vida do indivíduo.

Assim, a escola tem que despir-se de valores que privilegiem a apreensão de conhecimentos que visem o ganho intelectual apenas através de premissas metodológicas, e se mostrar mais direcionada a condicionar a ampliação da sapiência através do respeito às suas condições culturais, que ensejaram a reverberação de sua gradual acumulação de experiências e, portanto, trataram de formar sua consciência em detrimento de sua própria condição de vida.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTUNES, Ângela. in GADOTTI, Moacir. & ROMÃO, José E. (Orgs.). **Educação de Jovens e Adultos: teoria, prática e proposta**. São Paulo: Cortez, 2011.

BARROS, A. J. S; LEHFELD, N. A. S. **Fundamentos de Metodologia Científica: um guia para a iniciação científica**. 2 ed. São Paulo: Pearson Makron Books, 2000.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. **Proposta curricular para a EJA, 2º segmento do ensino fundamental: 5ª a 8ª série, Introdução**. Brasília: MEC, 2002.

_____. (2000). **Parecer CEB nº. 11/2000**. Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos. Brasília. Disponível em: http://www.uff.br/ejatrabalhadores/arquivos-agosto-2008/diretorF_parecer11_2000_resolucao1_00.pdf. Acesso em 05/10/2012.

FRÖBEL, Friedrich; MONFREDINI, Ivanise. (org.). **Coleção Educadores: MEC**. Recife: fundação Joaquim Nabuco, Massangana, 2010.

GADOTTI, Moacir; ROMÃO, José Eustáquio. (Orgs.). **Educação de Jovens e Adultos – Teoria, Prática e Proposta**. 12. ed. – São Paulo: Cortez, 2011.

GIL, Antônio C. **Método e Técnicas em Pesquisa Social**. São Paulo: Atlas, 1999.

GARCIA, Moacir. Educação de Jovens e Adultos: **Panorama histórico e formação de professores**. Filosofia e Educação, 2013. Disponível em: <<http://tecnologoeeducacao.blogspot.com.br/2013/12/educacao-de-jovens-e-adultos-panorama.html>> Acessado em: 8 de junho de 2014.

HEGEL, Friedrich. In. ROSA FILHO, Sílvio. (org.). **Coleção Educadores: MEC**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Massangana, 2010.

OLIVEIRA, Denis Fernandes de; MARTINS, Rita Carolina Ribeiro. Artigo - **EJA: O ensino de Língua Portuguesa como instrumento de inclusão social**. Disponível em: <<http://www.seeja.com.br/Trabalhos1%20Letramento%20e%20Alfabetiza%C3%A7%C3%A3oDenis%20Fernandes>>. Acesso em: 19 Outubro de 2012.



PARANÁ, Governo de Estado. **Diretrizes Curriculares da Educação de Jovens e Adultos**. Curitiba: MEMVAVMEM Editora, 2006. Disponível em: <<http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br>>. Acesso em: 20 de Setembro de 2012.

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. **Declaração de Hamburgo sobre a Educação de Adultos**. Conferência Internacional sobre a Educação de Adultos – CONFINTEA, V, 1997. Hamburgo (Alemanha). In: *Declaração de Hamburgo: Agenda para o Futuro*. Brasília: SESI/UNESCO, 1999. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0012/001297/129773porb.pdf>>. Acesso em: 10 de setembro de 2011.

VEJA, Portal. **Brasil é o oitavo país com mais adultos analfabetos do mundo**. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/blog/impavido-colosso/brasil-e-o-8-pais-com-mais-adultos-analfabetos-do-mundo/>>. Acesso em: 30 jul. 2015.